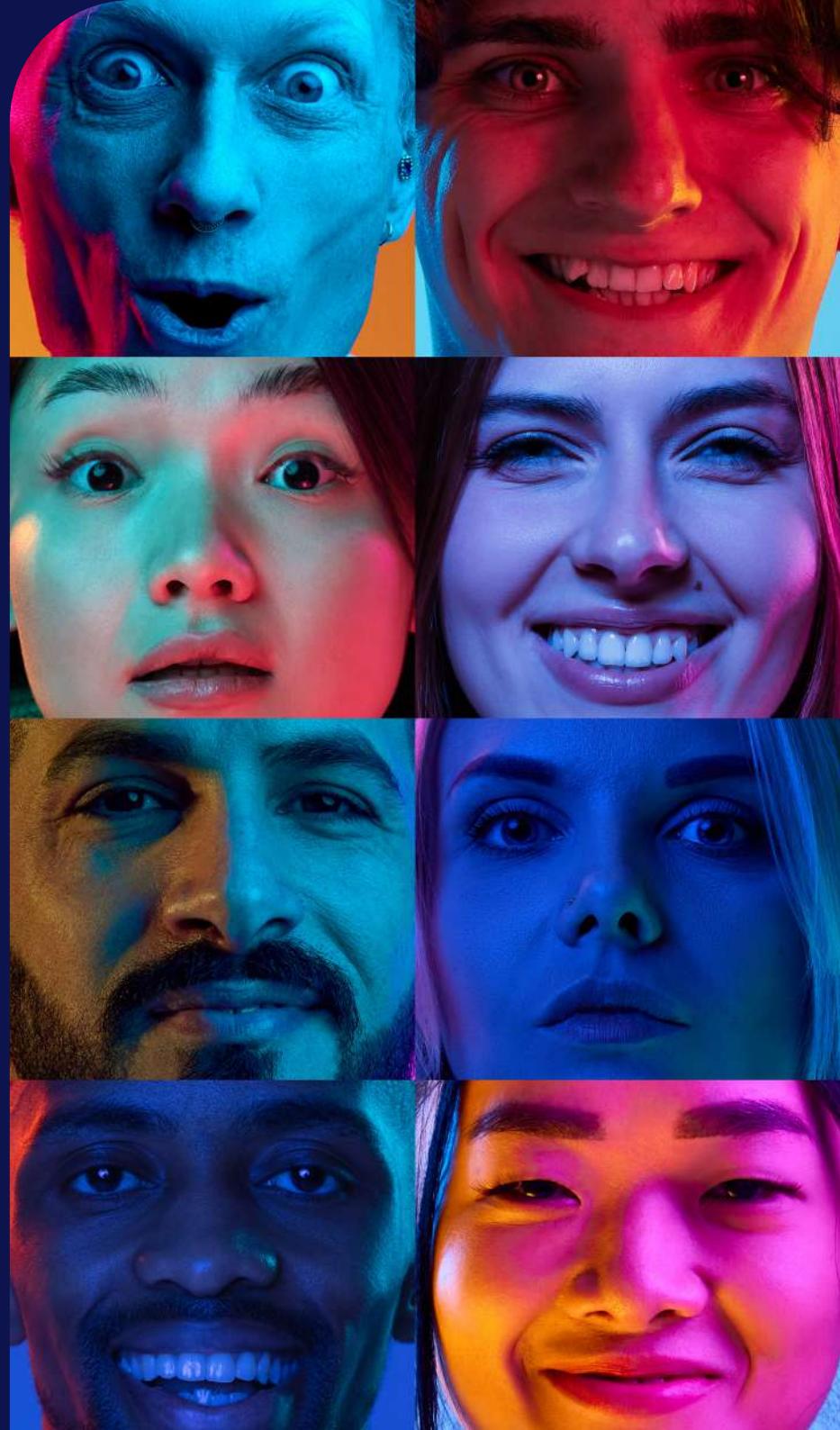


**Pós-Graduação em  
Ciências Jurídicas  
Aplicadas às Atividades  
do Ministério Público**

*Lato Sensu*





# Sumário

<b>Por que estudar com o método GRAN de ensino?</b>	3
<b>Conheça nossa metodologia</b>	4
<b>Coordenação pedagógica</b>	5
<b>Ciências Jurídicas Aplicadas às Atividades do Ministério Público</b>	6
<b>Destaques do curso</b>	6
<b>Público-Alvo</b>	7
<b>Duração do curso</b>	7
<b>Matriz curricular</b>	8
<b>Conteúdo programático</b>	9
<b>FAQ do curso</b>	17
<b>Diferenciais tecnológicos</b>	18
<b>Ingresso</b>	19

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados, que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, slides e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Geilza Fátima Cavalcanti Diniz**  
Coordenadora

Doutora em Direito pelo Uniceub (2014) e mestra em Direito Público pela UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDFT, tendo sido aprovada em 1º lugar no concurso e com a maior média final da história do Tribunal. Autora de livros e artigos jurídicos. Professora de Processo Penal e Técnica de Sentença Criminal e professora universitária (UFRR e Uniceub).

# CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O curso de pós-graduação se revela imprescindível para quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades aplicadas à atividade de Promotor de Justiça, com raciocínio jurídico destinado à interpretação e aplicação do direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade de atuação de fiscal da ordem jurídica no Estado Democrático de Direito, propondo soluções e decidindo em consonância com os ditames constitucionais.

## DESTAQUES DO CURSO

Ampliar a compreensão sobre a aplicação da Teoria do Direito Penal, Processual Penal e Legislação Penal Especial.

Promover estudos sobre as demais matérias essenciais à atividade prática do Ministério Público.



## PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados públicos e privados, servidores públicos em geral e em especial do Ministério Público estadual e federal.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídicas Aplicadas às Atividades do Ministério Público tem duração de seis (6) a dezoito (18) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

# MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Direito Constitucional	63h
02	Direito Administrativo	57h
03	Direitos Humanos	32h
04	Direito Penal – Parte Geral	27h
05	Direito Processual Penal I	30h
06	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	17h
07	Teoria Geral do Direito Eleitoral	17h
08	Direito Empresarial I	17h
09	Direito Processual Civil	37h
10	Direito Civil	60h
11	Teoria Geral do Direito Ambiental	25h
12	Crimes em Espécie – Penal Especial	14h
13	Defesa da Criança e Adolescente	17H
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>413 h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40 h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>453 h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO CONSTITUCIONAL	<p>Direito constitucional. Natureza, conceito e objeto. Perspectiva sociológica. Perspectiva política. Perspectiva jurídica. Fontes formais. Concepção positiva. Constituição. Sentidos sociológico, político e jurídico; conceito, objetos e elementos. Classificações das constituições. Constituição material e constituição formal. Constituição garantia e constituição dirigente. Normas constitucionais. Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição. Controle de constitucionalidade. Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. Partidos políticos. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Remédios do Direito Constitucional. Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. Poder Executivo. Forma e sistema de governo. Chefia de Estado e chefia de governo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Poder Judiciário. Disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e juízes federais. Tribunais e juízes dos estados. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Segurança pública. Organização da segurança pública. Atribuições constitucionais da Polícia Federal. Ordem social. Base e objetivos da ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO	<p>Introdução ao Direito Administrativo. Princípios administrativos. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes administrativos. Agentes públicos. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do Estado. Intervenção do Estado na propriedade. Bens públicos. Controle administrativo.</p>
DIREITOS HUMANOS	<p>Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos. Afirmação histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos – Resolução n. 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto n. 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei n. 13.060/2014. Resolução da ONU n. 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica.</p>
DIREITO PENAL – PARTE GERAL	<p>Introdução ao Direito Penal. Conceito, caracteres e função do Direito Penal. Princípios básicos do Direito Penal. Relações com outros ramos do Direito. Direito Penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa.</p>

**DIREITO PENAL – PARTE GERAL**

Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Execução penal. Extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

Direito Processual Penal. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. Atribuições da Polícia Federal na persecução criminal: Lei n. 10.446/2002; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos Tribunais Regionais Federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados Especiais Criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova.

<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL I</b>	Provas ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. Citação, intimação, interdição de direito. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal. Processo criminal de crimes comuns e em leis especiais.
<b>TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS</b>	Definição de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de Processo Civil brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.
<b>TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL</b>	Direito Eleitoral. Conceito. Fontes. Hermenêutica eleitoral. Princípios. Pluralismo político.

DIREITO EMPRESARIAL I	Teoria geral do Direito Empresarial. Direito societário. Títulos de crédito. Falência. Contratos empresariais. Propriedade industrial.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Jurisdição: natureza; conceito; características; espécies; problemática da jurisdição voluntária; princípios; estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à justiça); equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos: habeas corpus no processo civil; mandado de segurança individual e coletivo; habeas data; ação popular; ação civil pública; natureza, conceitos, hipóteses de cabimento e detalhes procedimentais de cada modalidade. Competência. Conceito, critérios de distribuição, espécies. Identificação do foro competente. Modificações (conexão, continência, prevenção), perpetuatio jurisdictionis, conflitos positivos e negativos. Competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Tutela. Tutelas jurídica e jurisdicional; tutelas processual e satisfativa; tutelas inicial e final. Tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade. Antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites. Tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela. Poder geral de cautela. Cautelares inominadas: pressupostos, espécies, procedimento cautelar. Cautelares nominadas (detalhes e procedimentos): arresto, sequestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado.
DIREITO CIVIL	Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação da lei. Analogia. Diálogo das fontes. Princípios gerais do Direito e equidade. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das pessoas. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade. Emancipação. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015). Da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos.

**DIREITO CIVIL**

Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. Desconsideração da personalidade jurídica. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Função social dos contratos. Princípios contemporâneos do direito contratual. Boa-fé e boa-fé objetiva. Dirigismo contratual. Contratos por adesão na relação cível. Da compra e venda. Pactos adjetos da compra e venda. Da doação. Da locação de coisas. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança. Arrendamento mercantil. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da laje, multipropriedade, imobiliária, fundos de investimento. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. Direito de superfície. Do direito de família. Do direito pessoal. Do direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela. Família e novas modalidades de família. Homoafetividade e união poliafetiva. Disposições constitucionais e infraconstitucionais. Proteção da pessoa dos filhos. Poder familiar. Alienação parental. Paternidade e filiação. Reconhecimento de paternidade e reconhecimento de paternidade post mortem. Reflexos jurídicos das técnicas contemporâneas de reprodução. Relações de parentesco. Adoção e adoção internacional. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. Registros públicos. Registro civil das pessoas jurídicas e físicas. Registro de títulos e documentos. Registros facultativos e obrigatórios de imóveis. Da alienação fiduciária de coisa imóvel. Da impenhorabilidade do bem de família. Da cédula de produto rural. Da cédula hipotecária. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

DIREITO CIVIL	Dos contratos imobiliários. Da desapropriação por utilidade pública e por interesse social. Locação de imóveis urbanos. Mútuo. Promessa de compra e venda e loteamento. Seguros. Das pessoas jurídicas de direito privado, sem fim lucrativo. Direito autoral.
TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL	Direito Ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.
CRIMES EM ESPÉCIE – PENAL ESPECIAL	Crimes contra a pessoa – homicídio. Crimes contra a pessoa – participação em suicídio ou automutilação. Crimes contra a pessoa – art. 123 – infanticídio. Crimes contra a pessoa – art. 124 a 128 – aborto. Crimes contra a pessoa – lesão corporal. Crimes contra a pessoa – art. 130 a 136 – da periclitação da vida e da saúde. Crimes contra a pessoa – art. 137 – da rixa. Crimes contra a pessoa – crimes contra a honra. Crimes contra a pessoa – crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade intelectual (art. 184-186, CP). Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça. Lei n. 1.521/1951 (Crimes contra a Economia Popular). Lei n. 4.737/1965 (Crimes Eleitorais). Lei n. 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional). Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei n. 8.078/1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor). Lei n. 8.137/1990 (Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária e as Relações de Consumo). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a Ordem Econômica). Lei n. 8.429/1992 (Enriquecimento Ilícito). Lei n. 9.099/1995 (Juizados Especiais Criminais – Estadual). Lei n. 9.503/1997 (Crimes de Trânsito). Lei n. 9.605/1998 (Crimes contra o Meio Ambiente). Lei n. 9.609/1998 (Propriedade Intelectual) e programa de computador). Lei n. 9.610/1998 (Direitos Autorais). Lei n. 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro). Lei n. 9.807/1999 (Proteção a Vítimas e Testemunhas). Lei n. 10.259/2001 (Juizados Especiais Criminais – Federal). Lei n. 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor).

<b>CRIMES EM ESPÉCIE – PENAL ESPECIAL</b>	<p>Lei n. 10.741/2003 (Crimes Cometidos contra Idosos). Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Lei n. 11.101/2005 (Crimes Falimentares). Lei n. 11.105/2005 (Organismos Geneticamente Modificados). Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Lei n. 11.343/2006 (Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Substâncias Entorpecentes). Lei n. 12.288/2010 (Igualdade Racial). Lei n. 12.846/2013 (Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas). Lei n. 12.850/13 (Crime Organizado). Lei n. 13.146/2015 (Crimes Previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). Lei n. 13.344/16 (Lei de Tráfico de Pessoas). Lei n. 13.869/2019 (Dispõe sobre os Crimes de Abuso de Autoridade). Lei n. 14.133/20121 – Código Penal (Nova Lei de Licitações).</p>
<b>DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>	<p>Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: as doutrinas da situação irregular e da proteção integral. A criança e o adolescente na normativa internacional. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. Regras Mínimas da ONU: para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing). Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil. Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. A defesa da criança e adolescente nas esferas cível e infracional.</p>

# FAQ DO CURSO

## O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Atividades do Ministério Público é EaD?

Sim. Nossa curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Atividades do Ministério Público é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Atividades do Ministério Público é autorizado pelo MEC?

Sim, assim como todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para tal é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

# DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo offline. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



# INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

**Você a poucos** 😊  
**passos de muitos**  
**futuros**

[gran.com.br](http://gran.com.br)



G